

Boa tarde,

Antes de mais, permitam-me que agradeça ao Poder Judicial do Peru, na pessoa do seu Presidente, Doutor Javier Arévalo Vela, e à Coordenadora Nacional, Doutora Mariem De La Rosa Brediñana, pelas excelentes organização e receção.

Estendo os cumprimentos ao Senhor Secretário Permanente, Doutor John Perez Brignani.

Nas suas pessoas, saúdo todos os presentes.

Gostaria de vos apresentar parte do trabalho realizado pelo Grupo 4, coordenado por Espanha, Panamá e Portugal e com a colaboração imprescindível dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Apresento, em nome de todos os meus colegas, o projeto de Código de Ética para garantir os direitos e valores fundamentais da Justiça na utilização da Inteligência Artificial.

A Inteligência Artificial ("IA") está a mudar cada vez mais as sociedades, o seu avanço é inevitável nos sectores económicos e no mundo do trabalho. É atualmente um tema central em todos os fóruns governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, com estudos e previsões em curso. Em suma, a IA refere-se a programas de computador ou máquinas capazes de realizar tarefas que normalmente requerem a inteligência humana.

A rápida evolução da IA exige uma resposta jurídica regulamentar cuidadosa. O direito deve acompanhar esta transformação, tendo por horizonte a proteção dos direitos fundamentais. É neste contexto que se torna pertinente a realização de um Código de Ética sobre a matéria para o contexto ibero-americano, que reúna princípios, direitos e deveres comuns consagrados internacionalmente.

A IA é uma realidade que não podemos fingir que não chegou já à sociedade civil, mas também à justiça.

É, pois, necessário regulamentá-la.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sem humanidade não há vida como a conhecemos e não pode haver justiça, a pedra angular de todos os sistemas de direito e das sociedades democráticas.

Este produto é o resultado de um projeto proposto pelo Supremo Tribunal de Justiça de Portugal e pelo Conselho Superior da Magistratura de Portugal e envolveu a colaboração e o trabalho de 16 países, que constituíram o grupo 4, dedicado aos temas tecnológicos.

A capacidade de as máquinas reproduzirem capacidades semelhantes às humanas, como o raciocínio, a aprendizagem, o planeamento e a criatividade, embora se afigure uma ajuda preciosa, não pode substituir o trabalho humano em situações complexas da vida, como é o caso do ato de julgar.

A automatização no domínio do direito processual penal, por exemplo, é claramente desaconselhável, dada a sensibilidade dos direitos fundamentais envolvidos e as características especiais das vítimas e dos arguidos.

A implementação da digitalização, da automatização e das tecnologias de IA na justiça tem um grande potencial para melhorar o acesso aos tribunais e acelerar a tomada de decisões.

A nível processual, é importante distinguir claramente entre o tratamento de dados e a consulta (recolha de informações) e a atividade intelectual envolvida no processo.

No tratamento de dados e na consulta, a utilização de ferramentas de IA potenciará os resultados, positivamente muito superiores aos alcançados pelos humanos. Poupará muito trabalho burocrático e libertará os juízes para a sua verdadeira função de julgar.

Consideramos que a inteligência que orienta o processo de decisão judicial pertence aos juízes.

Em processos complexos, a apreciação das provas e a emissão da sentença estão longe de ser uma "apreciação" automática e não podem prescindir da intervenção, da avaliação, da sensibilidade e do bom senso dos juízes.

Automatizando a justiça, decidindo exclusivamente por máquinas e algoritmos evolutivos, a execução da justiça ficaria à disposição dos poderes políticos ou económicos, e à escolha da sua linguagem, dos seus dados, dos seus critérios ou do seu alinhamento.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seria, portanto, legítimo perguntar onde ficaria a transparência dos processos de decisão algorítmicos, a segurança e o respeito pelos direitos fundamentais, alguns dos pilares da confiança na utilização da IA.

Importa também sublinhar que não podemos ignorar os enviesamentos que os algoritmos podem provocar ou amplificar, na medida em que os dados são introduzidos por seres humanos.

Se a própria máquina não pode ser sujeita a pressões, o mesmo não se pode dizer de quem a programa e alimenta.

A independência do poder judicial é intangível, inultrapassável, inquestionável.

É por isso inevitável, neste debate, falar da intangibilidade da independência e da imparcialidade, e da manutenção da mão humana da justiça.

A consciência do juiz é chamada a desempenhar um papel crítico na resolução dos problemas decorrentes da complexidade das transformações das sociedades contemporâneas e das correspondentes estruturas jurídicas.

Não se trata de adotar uma linguagem jurídica construída à imagem das linguagens de programação informática.

No entanto, a IA poderá ser um instrumento importante nas "fases decisivas da formação da decisão, nomeadamente as que exigem operações de cálculo, a pesquisa de fontes, a deteção de contradições lógicas e a procura de precedentes".

Os juízes, mais do que nunca, devem preparar-se, documentar-se, participar ativamente na construção de algoritmos, que já são em grande parte auto-gerados (algoritmos evolutivos).

Este documento que vos apresentamos, os 16 países, é um primeiro passo, uma base de direitos e de limites à utilização da IA nos processos judiciais, uma definição de limites. Trata-se, antes de mais, de uma tomada de consciência deste fenómeno em rápida expansão.

Deverá ser trabalhado ao longo dos anos pela Cimeira Judicial Ibero-Americana.

O Código adopta uma abordagem da IA centrada no ser humano e tem como principal objetivo a adoção da IA para promover o desenvolvimento do sistema judicial e melhorar o bem-estar das pessoas.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

É necessário ter em conta o risco da IA para a educação e para os modelos educativos, nomeadamente em termos de formação de magistrados.

Há que ter em conta que a IA não pode avaliar todas as circunstâncias.

Sublinhe-se que a IA não pode ser humanizada, desde logo porque lhe falta a capacidade de percepcionar a dimensão humana.

Também não se deve esquecer que as máquinas com capacidades de IA são atualmente capazes de produzir código, o que não acontecia antes, quando a tarefa de codificação era exclusivamente humana.

Este Código Ético também se preocupa com a inovação na gestão pública por meio da IA, para que o Poder Judiciário possa superar entraves burocráticos e restrições orçamentárias e oferecer serviços mais eficientes à população.

Além disso, este código de ética aborda a necessidade de considerar princípios éticos para a definição de novos projetos, sempre sob supervisão humana, para evitar o desperdício de recursos tecnológicos dedicados a soluções de Inteligência Artificial.

Para o efeito, este código está dividido em sete partes, sendo que a primeira se refere ao seu âmbito de aplicação, a segunda descreve alguns conceitos indispensáveis e esclarece a diferença em relação a outras tecnologias, a terceira parte diz respeito aos princípios éticos aplicáveis, a quarta parte é dedicada às práticas que devem ser consideradas proibidas, a quinta parte descreve as instruções a ter em conta quando se trabalha com soluções baseadas em IA, a sexta parte descreve a responsabilidade e a sétima parte integra algumas disposições finais.

Muito obrigada a todos vós.

Sandra dos Reis Luís

(Coordenadora Nacional pelo Supremo Tribunal de Justiça de Portugal)



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Buenas tardes,

En primer lugar, permítanme dar las gracias al Poder Judicial de Peru, en la persona de su Presidente, Doutor Javier Arévalo Vela y de la Coordinadora Nacional, Doutora Mariem De La Rosa Brediñana por la organización y la recepción.

Saludo atentamente al Secretario Permanente, Doutor John Perez Brignani.

En sus personas saludo a todos los presentes.

Quisiera presentarles parte del trabajo realizado por el Grupo 4, coordinado por España, Panamá y Portugal y con la imprescindible colaboración de los siguientes países: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, España, Paraguay, Perú, Puerto Rico, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Presento, en nombre de todos mis colegas, el proyecto del Código Ético para garantizar los derechos y valores fundamentales de la Justicia en el uso de la Inteligencia Artificial.

La Inteligencia Artificial (“IA”) está cambiando cada vez más las sociedades, su avance es inevitable en los sectores económicos y del mundo laboral. Siendo en la actualidad un tema central en todos los foros gubernamentales y no gubernamentales, nacionales e internacionales, realizando estudios y previsiones. En resumen, IA se refiere a programas de computadora o máquinas que pueden realizar tareas que normalmente requieren inteligencia humana.

La rápida evolución de la IA requiere una cuidadosa respuesta regulatoria legal. El derecho tiene que acompañar esta transformación, es decir, en términos de protección de los derechos fundamentales. Es en este contexto que se hace pertinente la emisión de un Código ético en la materia para el contexto iberoamericano, que reúna principios, derechos y deberes comunes consagrados internacionalmente.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

La IA es una realidad que no podemos pretender que no haya llegado ya a la sociedad civil, pero también a la justicia.

Por ello, es necesario regularla.

Sin humanidad no hay vida tal como la conocemos y no puede haber justicia, pilar de todos los sistemas de derecho y de las sociedades democráticas.

Este producto es el resultado de un proyecto propuesto por el Tribunal Supremo de Justicia de Portugal y el Consejo Superior de la Magistratura de Portugal y contó con la colaboración y el trabajo de 16 países, que integraron el grupo 4, dedicado al tema de los "Hechos tecnológicos".

La capacidad de las máquinas para reproducir aptitudes similares a las humanas, como el razonamiento, el aprendizaje, la planificación y la creatividad, si bien parece ser una ayuda valiosa, no puede sustituir el trabajo humano en situaciones complejas de la vida, como en el acto de juzgar.

La automatización en el ámbito del Derecho procesal penal, por ejemplo, es claramente desaconsejable, dada la sensibilidad de los derechos fundamentales implicados y las características especiales de las víctimas y los acusados.

La implantación de las tecnologías de Digitalización, Automatización e IA en la Justicia presenta un gran potencial para mejorar el acceso a los tribunales y agilizar la toma de decisiones.

A nivel procesal, es importante distinguir claramente entre el tratamiento y consulta de datos (recopilación de información) y la actividad intelectual que conlleva el proceso.

En el tratamiento y consulta de datos, el uso de herramientas de IA potenciará los resultados, positivamente muy superiores a los conseguidos por los seres humanos. Supondrá un gran ahorro de trabajo burocrático y liberará a los jueces para su verdadera función de juzgar.

Considerando que la inteligencia que dirige el proceso de toma de decisiones judiciales pertenece a los jueces.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

En casos complejos, la valoración de las pruebas y la emisión de la sentencia están muy lejos de la "valoración" automática y no pueden prescindir de la intervención de la evaluación, la sensibilidad y el sentido común de los jueces.

Mediante la automatización de la justicia, mediante la toma de decisiones exclusivamente por máquinas y algoritmos evolutivos, la realización de la justicia quedaría a disposición de los poderes políticos o económicos, y a elección de su lenguaje, de sus datos, de sus criterios o de su alineamiento.

Por tanto, sería legítimo preguntarse qué para transparencia de los procesos algorítmicos de toma de decisiones, la seguridad y el respeto de los derechos fundamentales son algunos de los pilares de la confianza en el uso de la IA.

También hay que destacar que no podemos pasar por alto los sesgos que los algoritmos pueden provocar o amplificar, en la medida en que los datos son introducidos por humanos.

Si la propia máquina no puede ser sometida a presión, no puede decirse lo mismo de quienes la programan y alimentan.

La independencia del poder judicial es intangible, insuperable, incuestionable.

Por lo tanto, en este debate es inevitable hablar de la naturaleza intangible de la independencia y la imparcialidad, y del mantenimiento de la mano humana de la justicia.

La conciencia del juez está llamada a desempeñar un papel crítico en la resolución de los problemas derivados de la complejidad de las transformaciones de las sociedades contemporáneas y de las correspondientes estructuras jurídicas.

No se trata de adoptar un lenguaje jurídico construido a imagen y semejanza de los lenguajes de programación informática.

Sin embargo, la IA podría ser una herramienta importante en "las fases decisivas de la formación de la decisión, a saber, las que requieren operaciones de cálculo, búsqueda de fuentes, detección de contradicciones lógicas y búsqueda de precedentes".

Los jueces, más que nunca, deben prepararse, documentarse, participar activamente en la construcción de algoritmos, que ya se autogeneran en gran medida (algoritmos evolutivos).



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Este documento que les presentamos a ustedes, los 16 países, es un primer paso, una base de derechos y límites al uso de la IA en los procesos judiciales, un establecimiento de límites.

Es, ante todo, una toma de conciencia de este fenómeno en rápida expansión.

Debe ser trabajado a lo largo de los años por la Cumbre Judicial Iberoamericana.

El Código adopta un enfoque de la IA centrado en el ser humano y tiene como objetivo principal la adopción de la IA para promover el desarrollo del sistema de justicia y mejorar el bienestar de las personas.

Es necesario tener en cuenta el riesgo de la IA para la educación y para los modelos educativos, concretamente en términos de formación de magistrados.

Hay que tener en cuenta que la IA no puede evaluar todas las circunstancias.

Es necesario subrayar que la IA no se puede humanizar, en primer lugar, porque carece de la capacidad de percibir la dimensión humana.

Tampoco hay que olvidar que, actualmente, las máquinas con capacidades en IA son capaces de producir código, cosa que no ocurría antes, cuando la tarea de codificar era exclusivamente del ser humano.

Este Código también se preocupa por la innovación en la gestión pública a través de la IA, para que el Poder Judicial pueda superar los obstáculos burocráticos y las restricciones presupuestarias y ofrecer servicios más eficientes a la población.

Además, este código ético trata sobre la necesidad de considerar los principios éticos para la definición de nuevos proyectos, siempre bajo supervisión humana, para evitar el despilfarro de recursos tecnológicos dedicados a soluciones de Inteligencia Artificial.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Para ello, este código se divide en siete partes, la primera referida a su ámbito de aplicación, la segunda describe algunos conceptos indispensables y aclara la diferencia con otras tecnologías, la tercera parte es sobre los principios éticos aplicables, la cuarta parte está dedicada a las prácticas que debe ser consideradas como prohibidas, la quinta parte describe las instrucciones que se deben considerar para trabajar con soluciones basadas en inteligencia artificial, la sexta parte describe la responsabilidad y la séptima parte describe algunas disposiciones finales.

Muchas gracias a todos.

Sandra dos Reis Luís

(Coordinadora Nacional por la Suprema Corte de Portugal)